

AVIAÇÃO

Varig: acerto de contas

Governo anuncia acordo de R\$ 4,7 bilhões com a aérea para o pagamento da ação que já dura 30 anos

» HENRIQUE LESSA

A Advocacia-Geral da União (AGU), anunciou, ontem, que fechou um acordo para pagar R\$ 4,7 bilhões em indenização para a massa falida da Viação Aérea Rio-Grandense S.A. (Varig).

A empresa, que foi a maior aérea brasileira e operou por quase 80 anos, até 2006, questionava o congelamento tarifário realizado durante o governo do presidente José Sarney, com o Plano Cruzado, de 1986. Na ação, ajuizada ainda nos anos 90 do século passado, a Varig alegava que teve prejuízos bilionários com o congelamento no valor das passagens aéreas pelo governo federal, mesmo com os custos de combustível, estabelecidos no mercado internacional, subindo sem parar.

A União já estava condenada em todas as instâncias, inclusive, no Supremo Tribunal Federal (STF), desde 2014. Na época, cálculos preliminares indicavam que a indenização deveria superar os R\$ 6 bilhões. Apesar do acordo ter reduzido significativamente o valor a ser pago pelo governo, a indenização ainda está entre as maiores já determinadas pela justiça brasileira, que ainda tem no topo da lista o acordo para reparação pela Companhia Vale do Desastre de Mariana, que somou R\$ 37,68 bilhões.

Com o acerto entre a União e a massa falida da Varig, termina um litígio judicial de mais de 30 anos e garante o pagamento das dívidas trabalhistas deixadas pela companhia depois da falência. Ainda esperam receber as verbas trabalhistas pelo menos 15 mil

AFP



Varig, que já foi a maior empresa de aviação do Brasil, atribuiu falências aos bloqueios do Sarney. Indenização vem 30 anos mais tarde

ex-empregados da aérea. Com uma dívida bilionária da empresa com o fundo de pensão dos funcionários, o Aerus, milhares de aposentados e pensionistas também ficaram sem receber.

O acordo foi autorizado pela 1ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde ainda tramita o processo de falência da aérea. O entendimento foi assinado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, pelo ministro da Fazenda, Fernando

Haddad, além da administradora da massa falida.

O próximo passo será a expedição do precatório para esses pagamentos, mas a expectativa é de que o governo federal só meta a mão no bolso ao longo do próximo ano.

Segundo a AGU, a quantia será suficiente para quitar todas as dívidas trabalhistas, que são estimadas em R\$ 1 bilhão, além dos atrasados do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) dos

ex-empregados, estimado em R\$ 560 milhões.

O acordo da União com a Varig vinha sendo discutido há anos, mas com a pressão sobre os credores do banco BTG Pactual, que oferecia comprar os créditos da ação por R\$ 735 milhões, o governo, que também consta como credor da empresa, e assim irá compensar alguns créditos, apressou em definir uma solução que atendesse tanto a um abatimento no montante de

responsabilidade da União como o abatimento dos valores devidos em impostos pela antiga companhia.

“O acordo assegura, a um só tempo, economia para os cofres públicos, arrecadação para a dívida ativa da União e pagamento a dezenas de milhares de credores trabalhistas, inclusive, quanto ao FGTS, que terá a sua maior transação da história”, apontou a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida.

DECISÃO JUDICIAL

Suspenso relatório de igualdade salarial

» ROSANA HESSEL

A Justiça Federal de Minas Gerais atendeu ao pedido da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e concedeu, nesta quarta-feira (22/3), uma liminar desobrigando as empresas a divulgarem o relatório semestral de transparência e igualdade salarial, conforme o previsto na Lei 14.611/2023.

O documento passou a ser exigido para empresas que tenham 100 ou mais funcionários com carteira assinada, quando a lei que estabelece igualdade salarial entre homens e mulheres foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em julho do ano passado, uma das promessas de campanha do atual chefe do Executivo. O prazo terminou no último dia 8 e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vinha coletando as informações para divulgar um ranking das empresas que estavam mais de acordo com a nova regra.

O desembargador federal Lincoln Rodrigues de Faria da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região deferiu a liminar determinando a suspensão da obrigatoriedade de entrega do relatório de transparência e igualdade salarial, que deveria começar a ser divulgado a cada semestre a partir deste ano.

Proteção de dados

O desembargador citou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para acatar o pedido da Federação, respeitando, por exemplo, os princípios da privacidade e da inviolabilidade da intimidade.

“Embora não se trate de controle concentrado de constitucionalidade, no presente caso, o agravante alega que a regulamentação da publicização, além de extrapolar os limites do poder regulamentar, coloca em risco o direito fundamental à proteção dos dados pessoais dos empregados e os valores da ordem econômica, consubstanciados no fundamento da livre iniciativa e no princípio da livre concorrência”, destacou o texto da decisão.

O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, comemorou a decisão. “Não vamos aceitar que os brasileiros, especialmente as mulheres, sofram qualquer risco. A Lei Geral de Proteção de Dados existe para proteger dados e não expor. O que esse relatório faz é claramente identificar pessoas e seus salários, uma clara violação a direitos. Importante decisão a favor do setor produtivo, que gera milhões de empregos, tem capacidade de gerir adequadamente seu quadro de pessoal, e contribui com o crescimento do país”, disse ele, em nota divulgada pela assessoria.



Não vamos aceitar que os brasileiros, especialmente as mulheres, sofram qualquer risco. A Lei Geral de Proteção de Dados existe para proteger dados e não expor. O que esse relatório faz é claramente identificar pessoas e seus salários”

Flávio Roscoe,
presidente da Fiemg

CB.AGRO

Ed Alves/CB/DA.Press



CB.Agro recebe Alexandre Caetano, pesquisador da Embrapa

Melhoramento genético mais barato

» HENRIQUE FREGONASSE*

A plataforma AquaPlus, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) oferece ferramentas que fazem a análise de material genético de espécies aquícolas visando auxiliar o produtor nas questões de manejo e melhoramento genético em sua propriedade. Foi o que explicou, ontem, o pesquisador de recursos genéticos e biotecnologia da Embrapa, Alexandre Caetano, convidado do CB.Agro — parceria entre Correio e TV Brasília.

Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Roberto Fonseca, Caetano descreveu o trabalho de assistência aos produtores, que envolve análise de material genético (DNA) dos animais, por meio de ferramentas genômicas. Ele contou que o avanço da tecnologia permite que algumas dessas ferramentas sequenciem o genoma de uma grande gama de animais, mas que os altos custos envolvidos nesse processo mais detalhado são incompatíveis com o projeto.

“Nosso trabalho é focado nas necessidades do produtor de formas jovens, como o peixinho ou o alevino. Fazemos isso dimensionando as soluções da maneira mais simples e barata,

e que tenha a melhor relação de custo-benefício para ele. Você pode ir lá e sequenciar o genoma de todos os animais que ele tem no plantel, mas o custo seria altíssimo.”

Caetano contou que os impactos da implementação em produções que sofriam de problemas genéticos não só é imediata, como visual. “Numa situação em que um produtor tinha um grande problema no plantel, na maneira como ele estava fazendo a reprodução, quando a gente chega lá e faz essa análise, elabora uma solução e ele implementa essa solução, a diferença é imediata. É, inclusive, visual. Em outros casos, em que o produtor não tem um grande problema, o ganho dele é mais incremental, e para poder visualizar tudo demora um pouco mais de tempo”, afirmou.

Caetano explicou, ainda, que o trabalho feito por meio da plataforma também age nas relações mercadológicas que envolvem os produtores. Além de possibilitar a produção de híbridos de espécie, a Embrapa oferece serviços de consultoria genética para o intercâmbio de animais entre produtores.

*Estagiário sob supervisão de Edla Lula

sáb 23 mar

ARENA BRB
NILSON NELSON
BRASÍLIA - DF

RAINHAS
do Samba

ALCIONE 50 ANOS
Maria Rita

Siga nosso insta:
@rainhasdosambaoficial

SETORES DE MESAS E INDIVIDUAIS

REALIZAÇÃO QUATRO CONCEPT INGRESSOS Symplicí Bilheteria Digital APOIO DE MÍDIA CORREIO BRAZILIENSE